



DISTRITO

Relações Governamentais

Estrutura Ministerial

Novo Governo

Estrutura Ministerial

Novo Governo

Esse material é um compilado da estrutura ministerial do governo Bolsonaro, com base na MP 870/2019 e nos Decretos publicados até o momento.

Os Decretos referentes ao Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores e da AGU ainda não foram publicados.

Os nomes aqui constantes foram levantados a partir de nomeações já efetivadas, declarações dos novos ministros e artigos da imprensa.

Novas mudanças poderão ocorrer.



Ministérios



Casa Civil

Estrutura



Onyx Lorenzoni
Ministro



Secretário Executivo
Abraham Weintraub
Adjunto: *Antônio Paulo Vogel*



Subchefia de Ação Governamental (SAG)
Pablo Tatim



Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ)
Jorge Antônio de Oliveira Francisco



Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM)
José Vicente Santini



Subchefia de Assuntos Parlamentares (SUPAR)
Leonardo Quintão



Secretaria Especial de Relações Governamentais
Giacomo Trento



Secretaria Especial para a Câmara dos Deputados
Carlos Manato



Secretaria Especial para o Senado Federal

O que mudou

- A casa Civil ficará responsável pela articulação do Palácio do Planalto com o Congresso Nacional, absorvendo competências que eram da Secretaria de Governo;
- O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão) foi extinto;
- A Subchefia de Assuntos Parlamentares foi transferida da Secretaria de Governo para a Casa Civil;
- Na nova estrutura, foram criadas três novas secretarias especiais com funções complementares à Subchefia de Assuntos Parlamentares, que são:
 1. Secretaria Especial de Relações Governamentais,
 2. Secretaria Especial para a Câmara dos Deputados e
 3. Secretaria Especial para o Senado Federal.

Principais desafios

- Solucionar temas urgentes como as reformas da previdência, tributária e trabalhista. Outros assuntos nas áreas da Segurança Pública, Infraestrutura e Educação, exigirão articulação fina com o Congresso Nacional;
- O primeiro desafio será a reforma da previdência.

Secretaria de Governo

Estrutura



General Carlos Alberto dos Santos Cruz
Ministro



Secretário Executivo
*Mauro Biancamano
Guimarães*



**Secretaria Especial de
Articulação Social**



**Secretaria Especial de
Comunicação Social**
*Floriane Barbosa De
Amorim Neto*



**Secretaria Especial de
Relações
Institucionais**



**Secretaria Especial do
Programa de Parcerias de
Investimentos**
Adalberto Vasconcelos



**Secretaria Especial de
Assuntos Federativos**



**Porta-Voz da Presidência da
República**



**Subsecretaria de Articulação e
Pesquisa de Opinião Pública**



Secretaria de Imprensa



Secretaria de Publicidade e Promoção



**Secretaria de Gestão e
Controle**



**Subsecretaria de
Comunicação Digital**



**Secretaria de Coordenação de
Energia e Aeroportos**



**Secretaria de Apoio ao
Licenciamento Ambiental e
Desapropriações**



**Secretaria de Coordenação de
Transportes**



**Secretaria de Coordenação de
Obras Estratégicas e Fomento**

Secretaria de Governo

O que mudou

- A Subchefia de Assuntos Parlamentares foi transferida para Casa Civil;
- Apesar de ter passado as atribuições de relacionamento com o congresso para Casa Civil, a Secretaria de Governo permanece responsável pela liberação do empenho e pagamento das emendas parlamentares;
- O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi transferida da Secretaria Geral para a Secretaria de Governo;
- A Secretaria de Comunicação Social também foi transferida da Secretaria Geral para a Secretaria de Governo.

Principais desafios

- Ampliar a oferta de projetos de transporte, mobilidade e logística no programa de Programa de Parcerias e Investimentos (PPI);
- Avançar na agenda de concessões e privatizações de portos, ferrovias, aeroportos, rodovias, linhas de transmissão e outros investimentos em infraestrutura.

Secretaria - Geral

Estrutura



Gustavo Bebianno
Ministro



Secretário Executivo
Floriano Peixoto Vieira



Secretário de Administração
Gilberto Barbosa Moreira



Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública



Secretaria Especial de Modernização do Estado
Márcia Iza de Amorim



Secretaria de Controle Interno



Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos
Maynard Marques De Santa Rosa
Adjunto: *Lauro Luiz Pires da Silva*



Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento

Secretaria de Articulação

Secretaria de Gestão de Resultados



Secretaria de Ações Estratégicas

Secretaria de Planejamento Estratégico

Secretaria - Geral

O que mudou

- Perdeu o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a Secretaria de Comunicação Social que foram transferidas para a Secretaria de Governo;
- Foi criada a Secretaria Especial de Modernização do Estado, que poderá funcionar como substituta do extinto Conselho;
- A Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública, que antes pertencia à Casa Civil, foi transferida para Secretaria-Geral.

O que mudou

- Conceber e formular uma política de modernização do Estado.

Gabinete de Segurança Institucional

Estrutura



General Augusto Heleno
Ministro



Secretário Executivo
Indefinido



**Secretaria de Segurança e
Coordenação Presidencial**
*General de Brigada Luiz
Fernando Estorilho
Baganha*



**Secretaria de Coordenação
de Sistemas**
*Contra-almirante
Capistrano de Freitas Filho*



**Secretaria de Assuntos de
Defesa e Segurança
Nacional**
*Major-Brigadeiro do Ar
Dilton José Schuck*

Gabinete de Segurança Institucional

O que mudou

- Não houve alterações na estrutura organizacional do GSI.

Principais desafios

- Reestruturar o sistema de inteligência brasileiro;
- Garantir a segurança do Presidente da República.

Ministério da Economia

Estrutura



Paulo Guedes
Ministro



Secretário Executivo
Marcelo Guarany
Adjunto: *Ariosto Antunes*
Culau

Secretaria de Gestão Corporativa



Chefia da Assessoria Especial
Daniela Consentino Marques



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
José Levy do Amaral



Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Marcos Troyjo
Adjunta: *Yana Dumaresq*



Secretaria de Comércio Exterior
Lucas Ferraz



Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAI)
Erivaldo Alfredo Gomes



Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Marcos Degaut



Secretaria Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior
Adjunto: *Esteves Colnago*



Secretaria de Política Econômica
Adolfo Sachsida



Secretaria do Tesouro Nacional
Mansueto Almeida



Secretaria de Orçamento Federal
George Soares



Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria
Alexandre Manoel



Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Marcos Cintra
Adjunto: *João Paulo Fachada*



Subsecretaria Geral da Receita Federal



Secretaria de Previdência
Leonardo Rolim



Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Rogério Marinho
Adjunto: *Bruno Bianco*



Secretaria do Trabalho
Bruno Dalcolmo



Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
Fernando Ribeiro Soares



Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento
Salim Mattar
Adjunto: *Indefinido*



Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União



Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
Carlos Costa
Adjunto: *Igor Calvet*



Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade
César Matos



Secretaria de Desenvolvimento de Infra.
Diogo Mac Cord



Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego
Fernando Holanda Barbosa



Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação
Caio Megale



Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Paulo Ubel
Adjunto: *Gleisson Rubin*



Secretaria de Gestão
Cristiano Heckert



Secretaria de Governo Digital
Luis Felipe Salim Monteiro



Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal
Wagner Lenhart

Ministério da Economia

O que mudou

- O Ministério da Economia incorporou o Ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e parte do Ministério do Trabalho;
- A nova estrutura está ancorada em oito secretarias especiais;
- O COAF sai da alçada do Ministério da Economia e vai para o Ministério da Justiça;
- A ESAF foi incorporada pela ENAP, que permanece na pasta;
- A pasta incorporou o Ministério do Trabalho, com exceção da Coordenação-Geral de Imigração, Coordenação-Geral de Registro Sindical e do Conselho Nacional de Imigração, que ficarão sob o comando do Ministério da Justiça;
- A CAMEX ficou sob o comando da Economia;
- O INSS, que antes integrava o então Ministério do Desenvolvimento Social, passou a compor a pasta.

Ministério da Economia

Principais desafios

- Transmitir ao Congresso a urgência no enfrentamento de temas importantes e conter de pautas bomba que possam gerar um elevado custo fiscal;
- Reformas da previdência (incluir regime híbrido de repartição de capitalização), tributária (redução do IRPJ, simplificação tributária e a revisão da tributação sobre investimentos) e trabalhista (flexibilizando as relações de trabalho e mantendo os direitos previstos na Constituição);
- Enfrentamento de temas politicamente caros como a desvinculação do orçamento (rever gastos obrigatórios e corrigir despesas obrigatórias pela inflação), a abertura comercial (redução das alíquotas para bens de capital e bens de informática e revisar a tarifa externa comum com o Mercosul), a independência do Banco Central (onde ele exerça ações e atributos da gestão financeira, tanto no âmbito operacional como no político) e a revisão do sistema S (reduzir a alíquota de contribuição obrigatória);
- Acelerar as regras de privatizações e concessões públicas;
- Redução dos custos e gastos públicos;
- Descentralizar recursos para Estados e Municípios.

Principais órgãos vinculados

BNDES: <i>Joaquim Levy</i>	ENAP
Banco do Brasil: <i>Rubem Novaes</i>	INPI
Caixa Econômica: <i>Pedro Guimarães</i>	SUSEP
ABDI: <i>Guto Ferreira</i>	ABGF
SERPRO: <i>Caio Mário Paes</i>	INSS
PREVIC: <i>Fábio Coelho</i>	

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Estrutura



Sérgio Moro
Ministro



Secretário Executivo
Luiz Pontel de Souza
Adjunto: *Washington*
Leonardo Guanaes



Secretaria Nacional de Justiça
Maria Hilda
Marsiaj Pinto



Secretaria Nacional do Consumidor
Luciano Benetti
Timm



Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Luiz Roberto
Beggiora



Secretaria Nacional de Segurança Pública
General
Guilherme
Teophilo



Secretaria de Operações Integradas
Rosalvo Ferreira



Departamento Penitenciário Nacional
Fabiano
Bordignon



Polícia Federal
Mauricio
Valeixo



Polícia Rodoviária Federal
Adriano Marcos
Furtado

Ministério da Justiça e Segurança Pública

O que mudou

- O Ministério da Justiça incorporou o extinto Ministério da Segurança Pública;
- A Coordenação-Geral de Imigração, Coordenação-Geral de Registro Sindical e o Conselho Nacional de Imigração, antes vinculadas ao Ministério do Trabalho foram incorporadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- O COAF, antes vinculado ao Ministério da Fazenda, foi transferido ao Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- A FUNAI, antes vinculada ao Ministério da Justiça, foi transferida ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Principais desafios

- Apresentar e alcançar apoio no Congresso para aprovar três projetos de lei:
 1. Para consolidar a execução da pena após sentença em segunda instância;
 2. Para garantir a prisão imediata em casos de crimes contra a vida julgados pelo Tribunal do Júri;
 3. Para proibir a progressão de regime para membros de organizações criminosas armadas.
- Coordenar a criação de um banco nacional de impressões digitais para fins de investigação e planos para informatização geral do sistema judiciário;
- Mais recursos e autonomia para a PF, PRF e COAF.

Ministério da Infraestrutura

Estrutura

Principais órgãos vinculados

ANTAQ

ANTT

DNIT

VALEC: *Valmir Campelo*



Tarcísio de Freitas

Ministro



Secretário Executivo

Marcelo Sampaio

Adjunta: *Viviane Esse*



**Secretaria de Fomento,
Planejamento e
Parcerias**

Natalia Marcassa



**Secretaria Nacional de
Portos e Transportes
Aquaviários**

Diogo Piloni e Silva



**Secretaria Nacional de
Transportes Terrestres**

General Jamil Megid Junior



**Secretaria Nacional
de Aviação Civil**

Ronei Glanzmann

Ministério da Infraestrutura

O que mudou

- O Ministério da Infraestrutura absorveu as atribuições e estruturas do ministério dos Transportes, dos Portos e da Aviação Civil;
- As secretarias foram reduzidas a quatro, com a fusão da Secretaria de Política e Integração com a Secretaria de Fomento e Parcerias, se transformando em Planejamento, Fomento e Parcerias;
- A Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que estava vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), que faziam parte do Ministério das Cidades, agora, compõem a pasta de Infraestrutura;
- O Ministério contará com uma nova atribuição: A Subsecretaria de Governança e Integridade, vinculada à Secretaria-Executiva, que terá como objetivo combater a corrupção no setor e fazer a seleção dos servidores;
- Eventual fusão da ANTAQ e ANTT, para a criação da Agência Nacional de Transportes.

Principais desafios

- Articular os investimentos no setor e a transferência de ativos para o setor privado;
- Acelerar os processos de concessão, entre os quais estão o trecho da Ferrovia Norte-Sul, a Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), a Ferrogrão e a Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste);
- Leilão dos aeroportos em modelo em blocos, arrendamentos portuários e transferência de ativos rodoviários;
- Prorrogações antecipadas das concessões de cinco ferrovias: Malha Paulista (Rumo); MRS; Vitória-Minas e Carajás (Vale); e a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA);
- Negociação da tabela de frete com caminhoneiros.

Ministério da Agricultura

Estrutura

Principais órgãos vinculados

INCRA
CONAB
EMBRAPA



Tereza Cristina
Ministra



Secretário Executivo
Marcos Montes



**Secretaria Especial
de Assuntos
Fundiários**
*Luiz Antônio
Nabhan Garcia*



**Secretaria de
Defesa
Agropecuária**
*José Guilherme
Tollstadius*



**Secretaria de
Política Agrícola**
*Eduardo Sampaio
Marques*



**Secretaria de
Comércio e
Relações
Internacionais**
*Orlando Leite
Ribeiro*



**Secretaria da
Aqüicultura e
Pesca**
Jorge Seif



**Secretaria de
Agricultura
Familiar e
Cooperativismo**
*Fernando Henrique
Kohlmann*



**Secretaria de
Inovação,
Desenvolvimento
Rural e Irrigação**

Ministério da Agricultura

O que mudou

- O Inbra foi incorporado pelo Ministério da Agricultura;
- Foi criada a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, que terá responsabilidade de demarcar e regularizar terras indígenas e quilombolas, antes sob alçada da FUNAI e do INCRA;
- As competências do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) foram repartidas. A parte de proteção das Florestas Nacionais foi mantida no Ministério do Meio Ambiente e a parte das florestas plantadas em propriedades privadas para a atividade econômica transferida ao Ministério da Agricultura;
- O Sistema Nacional de Informações Florestais, o Inventário Florestal Nacional e também o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foram transferidos para o Ministério da Agricultura;
- A competência sobre a pesca e o licenciamento do setor passou do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura.

Principais desafios

- Criar um conselho interministerial para tratar sobre as demarcações de terras indígenas;
- Titulação de terras de agricultura familiar;
- Tabelamento do frete rodoviário;
- Investimentos em logística para incluir as ferrovias, hidrovias no plano de transporte do governo federal;
- Ampliação e desburocratização do crédito e seguro rurais;
- Instituição de novo modelo de inspeção sanitária.

Estrutura



Marcos Pontes
Ministro



Secretário Executivo
Julio Semeghini
Adjunto: *Carlos Alberto*
Flora Baptistucci



Secretaria de Radiodifusão
Elifas Chaves Gurgel do Amaral



Secretaria de Telecomunicações
Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes



Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas
Marcelo Marcos Morales



Secretaria de Empreendedorismo e Inovação
Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim



Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle
Antônio Franciscangelis Neto



Secretaria de Tecnologias Aplicadas

Principais órgãos vinculados

ANATEL

Telebrás: *Coronel Waldemar Ortunho*

CNEN

Correios: *General Juarez Cunha*

O que mudou

- Extinção da Secretaria de Políticas Digitais (SEPOD);
- Criação da Secretaria de Tecnologia Aplicada, que terá como objetivo o diálogo com as outras pastas ministeriais para a promoção de tecnologias aplicadas;
- Criação da Secretaria de Planejamento, Operação, Projetos e Controle, que ficará responsável por estabelecer indicadores e medir a eficiência do trabalho da pasta e pela gestão dos fundos setoriais e financiamento de projetos;
- A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento passa a ser Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas, que terá como diretriz o fomento para a formação de profissionais na área de pesquisa;
- A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação passa a ser Secretaria de Empreendedorismo e Inovação, que absorveu parte das obrigações da SEPOD.

Principais desafios

- Atrair investimento da iniciativa privada para a ciência nacional e pesquisa;
- Expandir o acesso a banda larga no país;
- Definir um modelo de investimento em inovação adequado a cada região do Brasil;
- Cooperar com outras pastas para criação de parcerias e desenvolvimento de tecnologias aplicadas;
- Ampliar a divulgação de iniciativas da ciência e tecnologia a fim de fomentar carreiras ligadas a pesquisa;
- Formular e adequar de políticas públicas, como o Plano de Internet das Coisas – IoT e o Projeto de Lei da Câmara PL 79/2016.

Ministério da Educação

Estrutura



Ricardo Vélez
Ministro



Secretário Executivo
Luiz Antônio Tozi



Secretaria de Educação Básica
Tânia Leme de Almeida



Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Alexandre Ferreira de Souza



Secretaria de Educação Superior
Mauro Luiz Rabelo



Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
Marco Antônio Barroso



Secretaria de Alfabetização
Carlos Francisco de Paula Nadalim



Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
Bernardo Goytacazss de Araujo

Principais órgãos vinculados

CAPES: *Anderson Ribeiro Correia*

FNDE: *Carlos Alberto de Cotelli*

INEP: *Marcos Vinícius Rodrigues*

EBSERH: *General Oswaldo Ferreira*

Ministério da Educação

O que mudou

- O ministério terá uma subsecretaria responsável por "iniciativas cívico-militares";
- A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) deixa de existir e em seu lugar fica uma Secretaria Especializada da Alfabetização;
- Foi criada a Secretaria Modalidade Especializadas de Educação;
- O Ensino Superior continua no Ministério da Educação, a ideia de transferir a área para a pasta da Ciência e Tecnologia não foi concretizada.

Principais desafios

- Priorizar o investimento na educação básica, que vai da educação infantil ao ensino médio, para combater o analfabetismo;
- Ampliar o número de colégios militares (colégios "cívico-militares");
- Consolidar modelos para o ensino público pago;
- Aprovar o projeto de lei da Escola Sem Partido, que está tramitando no Congresso.

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Estrutura

Principais órgãos vinculados

FUNAI



Damares Alves

Ministra



Secretário Executivo

Antônio Jácome



Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
Tia Eron



Secretaria Nacional da Família
Ângela Gandra Martins



Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Petrúcia de Melo Andrade



Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
Antônio Fernandes Toninho Costa



Secretaria Nacional de Proteção Global
Sérgio Augusto de Queiroz



Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sandra Terena



Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira



Secretaria Nacional da Juventude
Jayana Nicaretta da Silva

O que mudou

- O Ministério Da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos absorveu as atribuições e estruturas do ministério dos Direitos Humanos;
- Criação da Secretaria Nacional da Família;
- Incorporação a pasta da Secretaria Nacional da Juventude, que pertencia a Secretaria de Governo da Presidência da República;
- A Comissão de Anistia, que se encontrava na estrutura do Ministério da Justiça, foi absorvida pelo Ministério;
- A Secretaria Nacional de Cidadania passa a ser a Secretaria Nacional de Proteção Global, com as mesmas atribuições e departamentos;
- A Fundação Nacional do Índio (Funai), que fazia parte da estrutura do Ministério da Justiça, passa a compor a pasta.

Principais desafios

- Regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão;
- Promover políticas públicas voltadas aos direitos humanos, com enfoque às mulheres, família, criança e adolescente;
- Acabar com o abuso da doutrinação ideológica.

Ministério do Meio Ambiente

Estrutura

Principais órgãos vinculados

ICMBio: *Adalberto Eberhard*

IBAMA: *Eduardo Fortunato Bim*



Ricardo Salles
Ministro



Secretário Executivo
Indefinido



Secretaria de Biodiversidade



**Secretaria de Florestas
e Desenvolvimento
Sustentável**



**Secretaria da
Qualidade Ambiental**



**Secretaria de Relações
Internacionais**



Secretaria de Ecoturismo

Ministério do Meio Ambiente

O que mudou

- O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), responsável pelo Sistema Nacional de Informações Florestais, pelo Inventário Florestal Nacional e também pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), foi transferido para o Ministério da Agricultura;
- Do SFB restou na pasta apenas a competência sobre proteção das Florestas Nacionais;
- A competência sobre a pesca e o licenciamento do setor passou do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura;
- A Agência Nacional de Águas (ANA) foi transferida para o Ministério do Desenvolvimento Regional;
- A Secretaria de Mudança de Clima e Florestas foi extinta. Em seu lugar foi criada a Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável.

Principais desafios

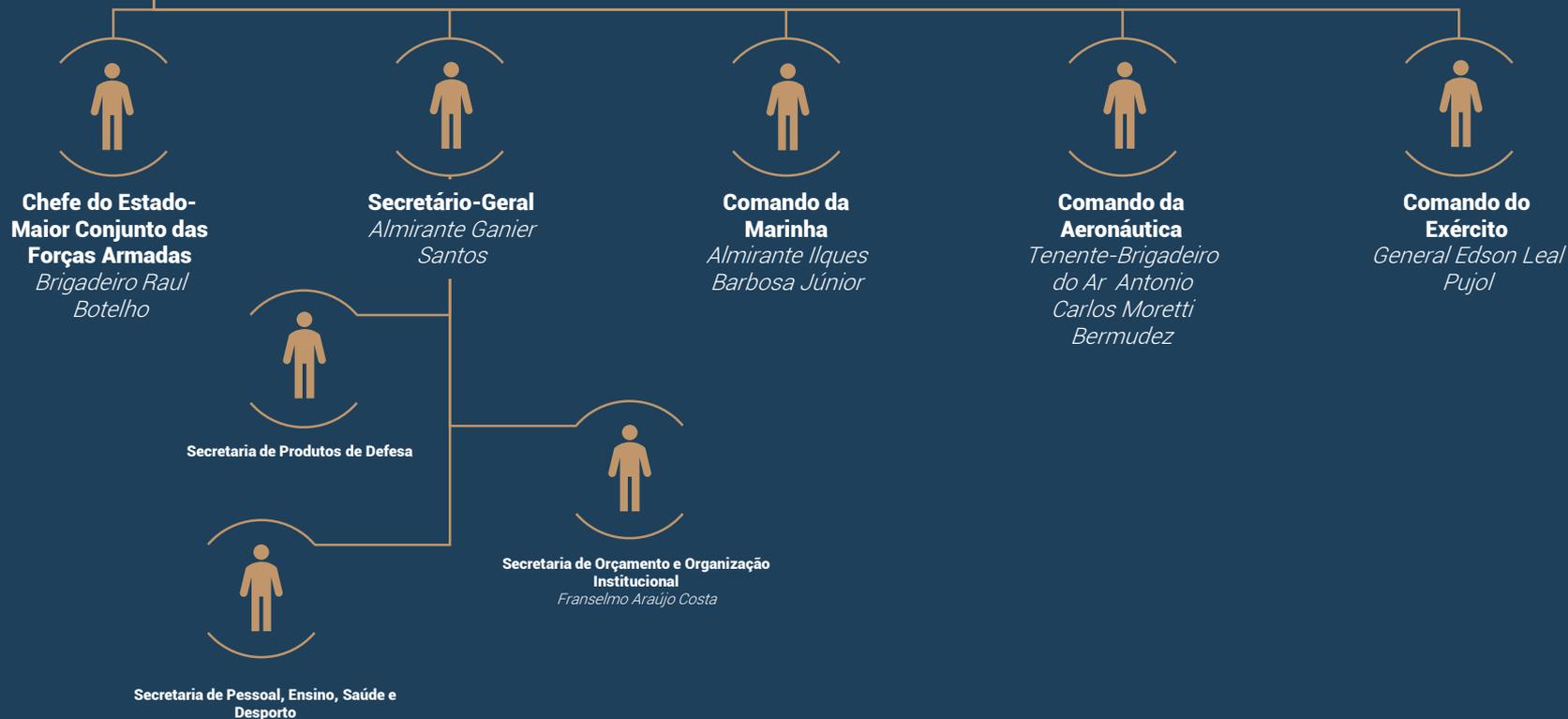
- Tocar a pasta com autonomia – O Ministério do Meio Ambiente terá condições políticas e administrativas de fiscalizar os órgãos que não estão mais sob sua alçada?
- Criar regras mais ágeis para o licenciamento ambiental, mas sem abrir brechas que coloquem a preservação em risco;
- Investir em políticas de meio ambiente voltadas para a zona urbana;
- Como serão tratados os temas de mudança climática e desmatamento.

Ministério da Defesa

Estrutura



**General
Fernando Silva**
Ministro



Ministério da Defesa

O que mudou

- Passa a ser de competência deste Ministério, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional, a formulação e gestão da política nacional de ordenamento territorial;
- Extinção do Programa Calha Norte, que tinha como propósito promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica.

Principais desafios

- Redução de custos operacionais;
- Canalização dos recursos para as atividades do braço armado e projetos estratégicos já existentes;
- Reestruturação da carreira das armas, adaptando as modernas condicionantes operacionais e criando novos atrativos para a profissão militar.

Ministério da Cidadania

Estrutura

Principais órgãos vinculados

ANCINE



Osmar Terra
Ministro



Secretária-Executivo
Tatiana Alvarenga Peixoto



Secretaria Especial do Esporte
General Marco Aurélio



Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências



Secretaria Especial de Desenvolvimento Social
Lelo Coimbra



Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação



Secretaria de Articulação e Parcerias



Secretaria Especial da Cultura
José Henrique Pires



Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento



Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social



Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor



Secretaria Nacional de Assistência Social



Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural



Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano



Secretaria Nacional de Renda de Cidadania



Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas



Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana



Secretaria da Diversidade Cultural



Secretaria da Economia Criativa



Secretaria do Audiovisual



Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura



Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural



Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

Ministério da Cidadania

O que mudou

- Reuniu os Ministérios do Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte;
- Incorporou a Subsecretaria de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho;
- Incorporou a atribuição da política nacional de segurança alimentar e nutricional, antes de competência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) que foi extinto;
- A nova estrutura está ancorada em três secretarias especiais: Esporte, Desenvolvimento Social e Cultura;
- Incorporou parte da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Principais desafios

- Mudanças no Programa Bolsa Família, tais como, criação do décimo-terceiro ainda em 2019 e definição de novos critérios para participação no Programa;
- Recuperar os recursos para o Bolsa Atleta e redistribuir as Bolsas já existentes;
- Avaliação das condições dos prédios públicos, a fim de evitar tragédias como o incêndio no Museu Nacional, ocorrida no último ano;
- Ajustes na Lei Rouanet e análise dos atuais contratos.

Ministério da Saúde

Estrutura

Principais órgãos vinculados

ANS

ANVISA

FUNASA: *Ronaldo Nogueira*



Luiz Mandetta

Ministro



Secretário Executivo

João Gabbardo



**Secretaria de
Assistência a Saúde
(SAS)**

Francisco Figuerdo



**Secretaria da Gestão
do Trabalho e da
Educação da Saúde
(SGTES)**

Mayra Pinheiro



**Secretaria Nacional
de Vigilância em
Saúde**

Wanderson Kleber



**Secretaria de
Ciência, Tecnologia
e Inovação**

Denizart Vianna



**Secretaria de Gestão
Participativa**

Herno Harzheim



**Secretaria da Saúde
Indígena**

*Marco Antônio
Toccolini*

Ministério da Saúde

O que mudou

- O decreto de reestruturação ainda não foi publicado, todavia, o anúncio dos novos secretários aponta para a manutenção das sete Secretarias temáticas já existentes.

Principais desafios

- Reduzir os custos e otimizar os recursos da pasta;
- Priorizar a atenção básica de saúde com a criação do terceiro turno de atendimento nas unidades de atenção básica de saúde e com a convocação dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate as endemias (ACE) para trabalharem em conjunto;
- Informatização do SUS;
- Revisar o programa Mais Médicos;
- Criar Carreira de Médicos do SUS.

Ministério do Desenvolvimento Regional

Estrutura

Principais órgãos vinculados

ANA



Gustavo Canuto
Ministro



Secretário Executivo
Antônio Carlos Paiva
Futuro



**Secretaria Nacional
de Proteção e Defesa
Civil**
Coronel Alexandre
Lucas



**Secretaria Nacional
de Segurança
Hídrica**
Marcelo Borges



**Secretaria Nacional
de Desenvolvimento
Regional e Urbano**
Adriana Melo



**Secretaria Nacional
de Habitação**
Celso Toshito
Matsuda



**Secretaria Nacional
de Saneamento**
Jónathas de Castro



**Secretaria Nacional
de Mobilidade e
Serviços Urbanos**
Jean Carlos Pejo

Ministério do Desenvolvimento Regional

O que mudou

- Reuniu Ministérios da Integração Nacional e das Cidades;
- Mantém as atribuições das duas pastas, com exceção do DENATRAN e CONTRAN, que ficarão sobre o comando do Ministério da Infraestrutura;
- A Agência Nacional de Águas (ANA) agora é vinculada à pasta;

Principais desafios

- Gestão de recursos hídricos;
- Reestruturação do Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Analisar e retomar obras paradas nas áreas de saneamento e segurança hídrica.

Ministério de Minas e Energia

Estrutura



**Almirante Bento
Albuquerque Júnior**
Ministro



Secretário-Executivo
*Marisete Fátima Dadald
Pereira*
Adjunto: *Bruno Eustáquio*



**Secretaria de Planejamento e
Desenvolvimento Energético**



**Secretaria de Energia
Elétrica**



**Secretaria de Petróleo, Gás
Natural e Biocombustíveis**
Márcio Félix



**Secretaria de Geologia,
Mineração e Transformação
Mineral**

Principais órgãos vinculados

ANEEL

ANP

ANM

Petrobras: *Roberto Castello Branco*

Nuclep

Indústria Nucleares do Brasil

Ministério de Minas e Energia

O que mudou

- As empresas estatais Nuclebras Equipamentos Pesados (Nuclep) e Indústria Nucleares do Brasil (INB), antes vinculadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia, foram incorporadas pelo MME.

Principais desafios

- Privatização da Eletrobrás;
- Retomada do projeto de Angra 3;
- Redução de subsídios nas tarifas de energia;
- Mudar o modelo do regime de partilha para o de concessão de exploração de petróleo na camada pré-sal.

Ministério do Turismo

Estrutura

Principais órgãos vinculados

EMBRATUR



Marcelo Álvaro Antônio
Ministro



Secretário Executivo
Indefinido



**Secretaria Nacional de
Estruturação do Turismo**



**Secretaria Nacional de
Desenvolvimento e
Competitividade do
Turismo**



**Secretaria Nacional de
Integração
Interinstitucional**

Ministério do Turismo

O que mudou

- Foram criadas as Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo e de Integração Interinstitucional, nas quais foram redistribuídas as competências da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, que foi extinta;
- Foram incluídas nas competências do ministério a:
 1. Criação de diretrizes para a integração das ações e dos programas para o desenvolvimento do turismo nacional entre os Governos federal, estaduais, distrital e municipais;
 2. Formulação, em coordenação com os demais Ministérios, de políticas e ações integradas destinadas à melhoria da infraestrutura e à geração de emprego e renda nos destinos turísticos;
 3. Regulação e fiscalização das atividades, dos empreendimentos e dos equipamentos dos prestadores de serviços turísticos.

Principais desafios

- Abertura do capital estrangeiros para companhias aéreas – Aprovação da MPV 863;
- Dar prosseguimento às ações de ampliação da conectividade aérea.

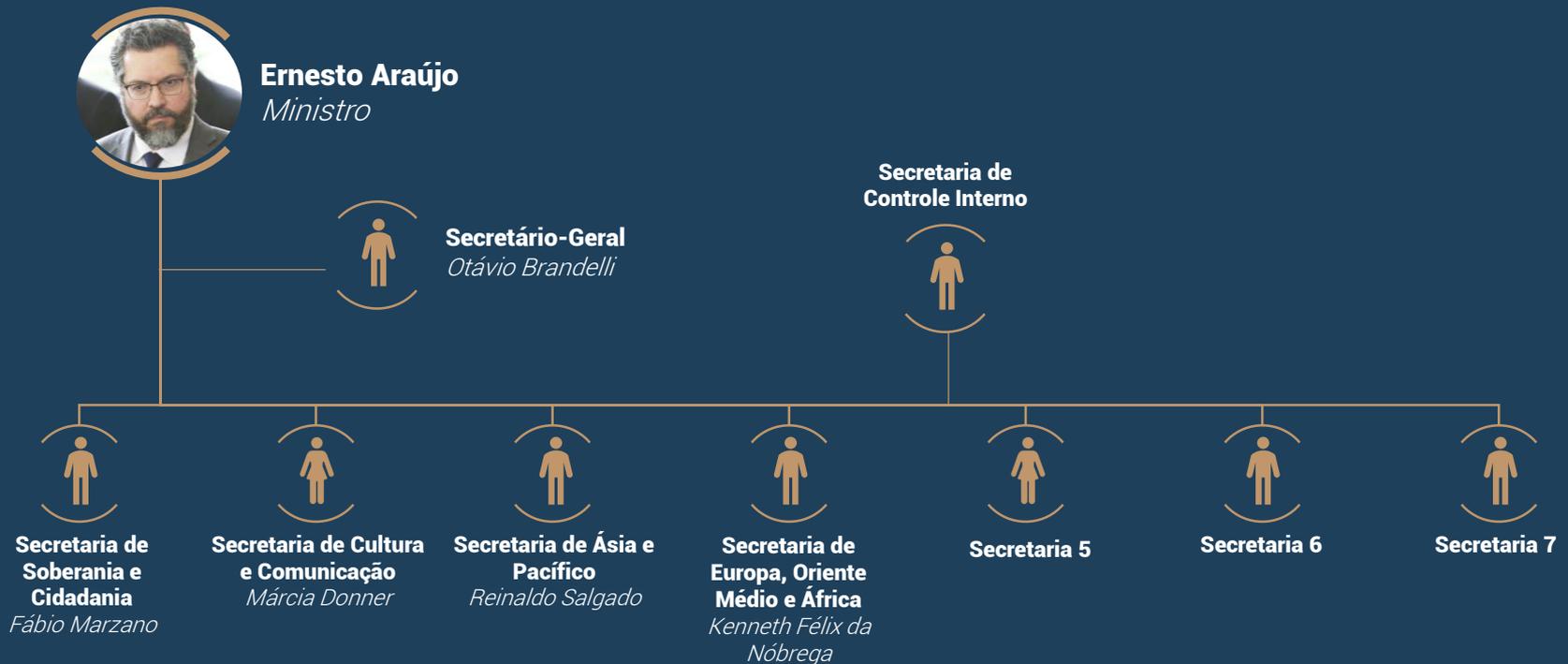
Ministério das Relações Exteriores

Estrutura*

Principais órgãos vinculados

APEX: *Alexandro Pinho Carreiro*

Instituto Rio Branco



* O Decreto com a estrutura do MRE ainda não foi publicado.

Ministério das Relações Exteriores

O que mudou

- O número de subsecretarias, agora renomeadas secretarias, foi reduzido de nove para sete;
- Nomeações para cargos em comissão e funções de chefia passam a ser autorizadas no Serviço Exterior Brasileiro.

Principais desafios

- Acabar com o “globalismo” na política externa do Brasil;
- Aumentar o engajamento do Itamaraty nas questões econômicas, com os consulados atuando como escritórios comerciais;
- Reorientar atuação na ONU “para o que é importante para o Brasil, não para as ONGs”.

Advocacia Geral da União

Estrutura



André Luiz Mendonça

Advogado-Geral da União



Advogado-Geral da União Substituto

Indefinido



Secretaria-Geral de Consultoria

Renato De Lima França



Secretaria-Geral de Contencioso

*Izabel Vinchon
Nogueira De
Andrade*



Secretaria-Geral de Administração

Márcio Bastos Medeiros



Consultoria-Geral da União

*Arthur Cerqueira
Valério*



Corregedoria-Geral da Advocacia da União

*Vlândia Pompeu
Silva*



Escola da Advocacia-Geral da União



Procuradoria-Geral da União

*Sergio Eduardo De
Freitas Tapety*

Advocacia Geral da União

O que mudou

- Até o momento, não houve alterações na estrutura da AGU.

Principais desafios

- Combate a corrupção;
- Amparo judicial nas reformas, redução do Estado e privatizações que o governo deseja executar;
- Sequência ao programa de leniência.

Controladoria-Geral da União

Estrutura



Wagner Rosário
Ministro



Secretário-Executivo
*José Marcelo Castro de
Carvalho*



**Secretaria de
Transparência e
Prevenção da Corrupção**
Cláudia Taya



**Ouvidoria-Geral da
União**
Gilberto Walter Junior



**Corregedoria-Geral da
União**
*Antônio Carlos
Vasconcelos Nóbrega*



**Secretaria de Combate à
Corrupção**



**Secretaria Federal de
Controle Interno**
*Antônio Carlos Bezerra
Leonel*

Controladoria-Geral da União

O que mudou

- O Ministro Wagner Rosário foi mantido no cargo e afirmou que não faria alterações na estrutura organizacional da CGU e tampouco faria grandes alterações na equipe;
- Criação da Secretaria de Combate à Corrupção.

Principais desafios

- Desenvolver novos mecanismos de combate à corrupção, aliando-se à AGU, ao Ministério Público e à Polícia Federal;
- Incentivar estados e municípios a tomarem iniciativas para o combate à corrupção, o que tornaria a Lei de Leniência mais efetiva;
- Aprovação de proposta sobre a regulamentação do lobby.



+55 (61) 3548-5297
+55 (61) 99310-8162
+55 (61) 99229-0332



<http://www.distritorelgov.com>
distrito@distritorelgov.com



SHS Quadra 6,
complexo Brasil 21,
Bloco E sala 316/318
Brasília, Brasil